

Demanda e oferta para incompetentes

Eleutério F. S. Prado
Professor da FEA/USP

Ah! Que saudade que tenho das horas de gastei lendo os economistas políticos clássicos. Com eles, avancei de fato na compreensão da economia capitalista. Não posso, porém, dizer o mesmo do demasiado tempo que fui forçado a despender no estudo da economia neoclássica. Pois, na novilíngua daqueles que só sabem *Economics*, sempre fui um incompetente que nunca quis deixar de sê-lo.

No entanto, a minha memória, agora cansada de tanta desinformação e de tanto falso conhecimento, guardou um parágrafo curioso do livro *Teoria dos Preços* de Milton Friedman. E eu o li – veja-se bem – há mais de quarenta anos atrás, mais precisamente, em 1974. Vou recuperá-lo aqui para indicar que há certas lacunas cruciais mesmo nos escritos de economistas hábeis e sofisticados na arte de ocultar o verdadeiro caráter do capitalismo. E para mostrar que, ao examiná-los com as armas afiadas da crítica, é possível desvelar o que está oculto na teoria econômica corrente.

“A procura e a oferta se tornam conceitos úteis quando as forças que afetam a procura são bastantes distintas das que afetam a oferta, como o são, em geral, quando se lida com consumidores e produtores. Nesse caso, os compradores são, em geral, um conjunto diferente de pessoas, dos ofertantes e, assim, as forças que afetam a procura são, provavelmente, distintas das que afetam a oferta. No entanto, num mercado de comerciantes, as mesmas pessoas são, ao mesmo tempo, compradores e ofertantes, frequentemente mudando de um lado para o outro do mercado. Nesse caso, o sistema de classificação de oferta e procura não é muito útil” (Friedman, 1971, p. 17).

Friedman é um pragmático e, por isso, para ele, algo que porventura se possa saber só é conhecimento se for útil, se for capaz de contribuir para um operar mais eficiente da racionalidade instrumental, a qual move como se sabe os economistas comuns. De qualquer modo, mesmo sendo um teórico neoclássico, ele presente alguma coisa quando encadeia essas quatro frases aqui citadas; ele vê que o modo de explicar os preços da teoria neoclássica “falha” quando tem de enfrentar a transação comercial propriamente dita.

Friedman supõe que há oposição entre o interesse que alimenta a oferta e o interesse que nutre a demanda. Concebe esses interesses como forças contrárias que se arrostam entre si para chegar a uma solução ótima na troca de mercadorias. Em sua perspectiva, o mercado é pensado como lugar de competição que promove o mútuo benefício para aqueles que dele participam. Segundo ele, esse jogo de forças, sem grandes abalos, trabalha incessantemente para engendrar a confluência dos interesses, para produzir harmonia, uma virtude dos mercados.

Mas, o que está implícito aí em tais forças? Ora, é preciso investigar essa questão indo além da teoria neoclássica.

Note-se, primeiro, que esse resultado é obtido porque o mercado em geral é tratado como esfera em que só ocorrem trocas diretas. Ao trocarem entre si,

diretamente, valores de uso ambos os contendentes apenas visam ganhar algo a mais em termos de riqueza material. Eis que obtêm bens que necessitam, mas não os têm, oferecendo bens que possuem, mas que não atendem as suas próprias necessidades. Como se sabe, os economistas neoclássicos, para justificar a supressão da intermediação do dinheiro, argumentam que ele é apenas um véu, um mero facilitador das trocas. As trocas diretas, no entanto, quase inexistem na economia mercantil generalizada; é, pois, evidente, que se tem assim uma idealização propositada.

Nessa perspectiva, ademais, a demanda comanda a oferta, de tal modo que as trocas se dão sempre para elevar o bem-estar daqueles sujeitos passivos que trocam bens por bens. E esses personagens assumem aí, como se sabe, dois papéis distintos e complementares: são, ao mesmo tempo, vendedores e compradores, produtores e consumidores. Nesse esquema explanatório, é importante que os dois lados da troca apareçam como forças distintas que se originam em diferentes pontos da trama social que aflora nos mercados. E este são necessários porque a produção necessária à subsistência das pessoas que compõe a sociedade se dá por meio de uma extensa divisão social das atividades de produção.

Como se sabe, a solução de mercado que satisfaz os dois lados da troca e que atende as suas mútuas necessidades é tratada pela teoria neoclássica como um equilíbrio. Considere-se, então, um mercado em particular. E se note que o trecho recuperado apresenta um paradoxo: quando há forças contrárias atuando na formação do preço da mercadoria, o esquema da oferta e da demanda parece satisfatório na explicação do preço de equilíbrio; porém, quando não se pode mais distinguir tais forças contrárias – e é o que acontece na atuação do comerciante, do intermediário mercantil –, parece que surge uma inadequação, que alguma coisa não funciona bem nessa explicação. Por que?

Não se trata de pensar que o esquema neoclássico se torna agora incapaz de determinar o equilíbrio. Ao contrário, ele pode pensá-lo como decorrente da interação da oferta do produtor e de uma demanda derivada que provém da demanda primária dos consumidores finais. Mas por que, então, “o sistema de classificação de oferta e procura não é muito útil”? Ora, a elucidação dessa questão – e da anterior – exige voltar ao texto clássico de Adam Smith. Pois, pode-se encontrar em *A riqueza das nações* o fundamento real da interação da oferta e da demanda que os economistas neoclássicos tratam como se originassem de “duas forças” bem distintas entre si.

A palavra valor tem dois significados: às vezes designa a utilidade de um determinado objeto, e outras vezes o poder de compra que o referido objeto possui, em relação a outras mercadorias. O primeiro pode chamar-se “valor de uso”, e o segundo, “valor de troca” (Smith, 1983, p. 61).

A partir desse trecho é possível ver essas forças contrárias que atuam na troca mercantil de outra perspectiva. E, para desenvolvê-la, é preciso fazer uma distinção crucial entre a troca direta – que, de fato, surge numa economia não mercantil que se vale, ocasionalmente, do mercado – e a troca por dinheiro, tomada como o fato elementar de uma economia mercantil desenvolvida enquanto tal, em que o mercado se tornou já o destino obrigatório da produção. No primeiro caso, tem-se meras trocas de bens que se tornam, circunstancialmente, mercadorias; no segundo caso, tem-se trocas de mercadorias que se originam já na produção como mercadorias. Neste último

caso – é preciso convir –, as trocas passam a ser dar em geral, forçosamente, com a intermediação do dinheiro.

Ora, esta não é uma mudança trivial, mas crucial. Pois, não se trata apenas de negar neutralidade econômica ao dinheiro – e de afirmar, assim, que ele, além de meio de troca, funciona também como reserva de valor e meio de especulação –, mas de ver que, com ele, é posta uma sociabilidade radicalmente distinta da sociabilidade da troca direta. E essa diferença, vale assinalar aqui, não é bem compreendida mesmo pelos economistas keynesianos e pós-keynesianos.

É preciso, então, privilegiar essa segunda situação como objeto de análise. No caso de uma troca final, o comprador visa imediatamente ainda o valor de uso, mas o vendedor busca prontamente o valor de troca¹, isto é, o dinheiro porque o dinheiro representa no singular o valor de troca em geral. Porém, no caso de uma troca intermediária em que atua um comerciante, aquele que compra, adquire para vender e, por isso, não visa o valor de uso; ele visa, isto sim, o próprio valor de troca. O seu objetivo é comprar para vender mais caro; dito de outro modo, o seu fim é valorizar o valor que lhe aparece como poder de compra em geral, ou seja, dinheiro. Ele compra para obter lucro e “o lucro” – como disse Aristóteles há dois mil e quatrocentos anos atrás – “é o dinheiro do dinheiro”² (Aristóteles, 1966, p. 26).

Nesse ponto, vale lembrar que esse pensador da antiguidade já havia distinguido a troca simples da troca comercial, o valor de uso do valor de troca, a riqueza material da riqueza abstrata. Por um lado, segundo ele, “a riqueza é a quantidade de meios para a administração de uma família ou de um Estado”; por outro, afigura-se como acumulação de dinheiro. Nesse segundo sentido, a riqueza é um fim em si mesmo, pois o “enriquecer passou a ter como finalidade (...) a abastança e as grandes fortunas”. Eis que, assim, uma grande diferença se apresenta: num caso, a riqueza aparece como sensata já que as necessidades das pessoas são saciáveis, no outro, a riqueza surge como insensata, pois, segundo Aristóteles, “a arte de amealhar é ilimitada” (Aristóteles, 1966, p. 22-24).

Ora, nesse ponto, é preciso trazer à discussão uma consideração crucial de um grande estudioso da economia mercantil moderna que permaneceu fiel aos ensinamentos de Aristóteles. Marx, como se sabe, não apenas os conservou, mas os aprofundou com o intuito de compreender melhor a economia mercantil generalizada prevalecente nos tempos modernos. Ele não tratou o valor de uso e o valor de troca como uma dicotomia, mas como uma dualidade, isto é, como polos intrínsecos e contraditórios da mercadoria – “forma elementar” de aparecimento da “riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista” (Marx, 1983, p. 45).

As duas formas da riqueza a que se referem Aristóteles e Adam Smith, portanto, moram na mercadoria, em toda mercadoria. Se a forma mercadoria dos produtos do trabalho aparece já quando a economia mercantil passa a existir como nicho no interior dos modos de produção pré-capitalistas, ela se tornará uma forma avassaladoramente

¹ Rigorosamente, ele busca a forma equivalente, a representação geral do valor; pois, o valor de troca é o que surge na relação que se estabelece entre duas mercadorias, uma que está na forma relativa e a outra que está na forma equivalente.

² Obviamente, Aristóteles só vê – e era o que havia para ver em seu tempo – a acumulação na circulação, isto é, o comércio e a usura – não a acumulação por meio da produção de mercadorias.

dominante no modo de produção capitalista. As mercadorias se tornam, então, pontos de articulação do sistema mercantil como um todo, isto é, da trama de relações sociais implícitas que constituem o sistema mercantil generalizado, ou seja, capitalista. As relações entre duas mercadorias se apresentam, então, como antíteses externas que representam as antíteses internas entre valor de uso e valor (Marx, 1983, p. 63). E elas implicam algo mais.

A mercadoria, sendo uma dualidade de valor e valor de uso, contém em si em potência, portanto, a dualidade entre a oferta e a demanda. Eis que a oferta se orienta pela realização do valor de troca, forma de manifestação do valor, e a demanda se norteia, pelo menos em última análise, pela obtenção do valor de uso. Ora, isto fica patente quando a troca de mercadorias é intermediada por dinheiro: para ser vendida, a mercadoria não aparece no mercado como valor de uso, mas como valor de troca, como um quantum possível de dinheiro; apenas se é comprada por certo quantum de dinheiro, ela pode deixar de aparecer como valor de troca para voltar a se configurar como valor uso. Como a dualidade original encerra uma contradição, a dualidade entre oferta e demanda tem de ser encarada do mesmo modo. Assim, o que aparece como interação entre oferta e demanda é o ato, o modo efetivo por meio do qual essa contradição se manifesta sistemicamente, ou seja, na economia como um todo.

A demanda e a oferta, portanto, não podem ser tratadas como se formassem uma mera dicotomia, como duas forças externas entre si, mesmo se elas se manifestam sempre por meio de diferentes pessoas. Eis que essas pessoas, mesmo se a teoria neoclássica as considera como átomos da sociedade mercantil, apenas aparentemente estão isoladas e, assim, se comportam. Elas são, na verdade, enquanto personagens econômicas, meras posições estruturais na trama do modo de produção capitalista; elas se encontram atreladas ao sistema da relação de capital e, como tais, atuam como meros suportes das relações sociais travadas pelas mercadorias comuns com a mercadoria dinheiro. Elas acordam entre si por vontade própria, mas essa vontade se encontra adjudicada ao sistema.

A produção mercantil, sendo produção descentralizada para o mercado, produz ela própria múltiplas ofertas e múltiplas demandas – mas não, em geral, uma imediata congruência entre elas. Ao contrário, em geral, estas se encontram em discordância, em permanente desequilíbrio. O ajuste entre elas, em consequência, apenas pode ocorrer “em média” ao longo do tempo, por meio de um processo anárquico e turbulento em que as lacunas, pequenas, médias e grandes, jamais se encontram ausentes. A economia mercantil tem, sim, uma ordem interna, mas essa ordem apenas se realiza por meio de uma permanente desordem. Porém, essa desordem, que costuma agora ser concebida como uma “ordem complexa”, não deve ser confundida como o caos.

A teoria neoclássica em contraposição à economia clássica se notabilizou na história do pensamento econômico por velar essa complexidade da maneira a mais completa possível. Ao invés de pensar esse sistema anárquico como anárquico, ela o reconstrói idealmente como um sistema de equilíbrio, postulando que resulta de um tatear ideal que chama de competição perfeita. Ora, a economia do equilíbrio não busca outra coisa implicitamente do que velar rapidamente as contradições constitutivas da economia mercantil generalizada porque estas lhe aparecem como inquietude, desassossego, ou mesmo, como tormentos lógicos.

Ao suprimir o dinheiro como dinheiro, a teoria neoclássica esconde a tendência própria do sistema à acumulação desmedida e, assim, também, à crise endogenamente gerada; ao suprimir os desequilíbrios constantes como estado normal do sistema, ela suprime o seu caráter anárquico e tormentoso. Diante do sistema capitalista real que lhe parece um horror, os economistas que amam a lógica formal, munido da teoria neoclássica, podem se refugiar num sistema econômico ideal que apenas serve aos objetivos das pessoas, que é eficiente e eficaz, e que, ademais, nunca se afasta em demasia do estado de repouso. E este, como se sabe, é o domínio dos competentes que se vangloriam do uso da linguagem jubilosa do cálculo de otimização e da arte perfeccionista da topologia.

Na esfera da teoria econômica comandada pela teoria neoclássica impera o apolíneo – não o dionisíaco. No mundo que ela constrói vigora a beleza estática – ele não palpita, não experimenta nem auges nem recessões tal como ocorre no mundo real. Aí, como todos os mercados entram obrigatória e simultaneamente em equilíbrio, também tem de ser certo que a “oferta cria a sua própria procura”, engendrado assim o pleno-emprego. Para a glória, é claro, do velho Jean-Baptiste Say. Com Keynes, porém, a economia capitalista passa a ser apreendida não mais como economia de produção, mas como economia monetária de produção. E, assim, a Lei de Say perde a sua validade.

Keynes, ao introduzir o dinheiro, subverte o esquema que fora zelosamente construído pela teoria neoclássica em sua fuga para um sistema econômico imaginário. A macroeconomia, saber da economia como um todo, como se sabe, atribui sempre um papel muito especial ao dinheiro mesmo se se mantém ainda no interior do esquema original. E ele não aparece aí como mais um bem inocente, mas como algo capaz de grandes pecados. Aliás, que o dinheiro não é santo, Aristóteles, numa perspectiva muito geral, já o sabia. Pois, o dinheiro, como forma por excelência do capital, aparece já no mundo antigo como algo que propicia o desabalado, o insaciável e o ilimitado. E, assim, múltiplas formas de corrupção da vida boa.

O dinheiro é repostado no sistema econômico não apenas como um bem que serve para comprar outros bens, mas também como “reserva de valor”, isto é, meio para deixar de comprar outros bens, e como “meio de especulação”, isto é, meio para acumular “dinheiro do dinheiro” fora da esfera da produção. A teoria keynesiana em geral – sem anunciar o feito aos quatro ventos – repõe sub-repticiamente a contradição originária entre valor de uso e valor de troca, entre a riqueza concreta e a riqueza abstrata – assim como as suas consequências. Quando os capitalistas se assustam como os malfeitos da própria acumulação de capital, Keynes diz que eles sofrem de incerteza não quantificável e, por isso, coitados, passam a ter preferência pela liquidez. E que, assim, o PIB desaba.

Diante da grande crise, segundo Keynes, era preciso parar de cultivar jardins para voltar a capinar na plantação. Eis que, agora, não é mais verdade que “tudo caminha do melhor modo no melhor dos mundos possíveis” (Keynes, 1983, p. 34). Pois, a oferta e a demanda não estão se encontrando no ponto de ótimo e, assim, o desemprego da força de trabalho e do capital fixo passa a assolar os trabalhadores e os capitalistas. É preciso corrigir isto, mas não é conveniente examinar a fundo o que de fato produz as más colheitas. Deixando ainda encoberto aquilo que verdadeiramente corrompe a plantação capitalista, o autor da *Teoria Geral* passa a pensar que ela pode estar em equilíbrio fora do pleno emprego.

Keynes julga que é sempre possível, mediante uma adequada política econômica, consertar essa situação de insuficiência de emprego. Pois, ele crê que ela não é imanente ao sistema enquanto tal, mas resulta apenas de certas imperfeições de seu funcionamento. Se o alento dos consumidores desalentar no consumir e o ânimo dos investidores desanimar no investir, pode faltar demanda efetiva. Mas o Estado pode resolver o problema criando ou induzindo a criação de demanda efetiva. Ora, ao pensar assim, ele absolve o próprio capital de responsabilidade pela adversidade que recai sobre as pessoas nas recessões, nas depressões, ou seja, nas crises.

A principal arma de guerra dos economistas na luta pela conservação do sistema, a tesoura da oferta e da demanda³, ao contrário do que parece, não está bem embasada. Pois, ao se procurar testá-la em face do sistema econômico realmente existente, vê-se que se trata de uma construção artificiosa que mais ilude do que corta, que mais costura do que mostra. Ela procura se impor por meio da exatidão da matemática, mas ao fim e ao cabo mostra-se muito pouco rigorosa. Ela quer estar de acordo apenas com a aparência do modo de produção capitalista, isto é, com aquilo que ocorre na esfera da circulação do capital que, aliás, ela enxerga como um grande mercado. Mas, ainda assim, não deixa de claudicar na compreensão da formação dos preços.

Este texto indica o que consegui apreender sobre oferta e demanda ao longo dos quarenta anos que gastei estudando a economia política, assim como a sua crítica magistral. Tal como foi anunciado no título, ele foi escrito apenas para os economistas incompetentes, aqueles que são desprezados e acusados de semear ervas daninhas no campo do saber econômico. Como diria Walras, *voilà*: ele não se dirige, portanto, aos gênios matemáticos que se esmeram novamente em cultivar os jardins, onde florescem excelsos axiomas, definições e teoremas, que algo eles próprios denominam de “*Economics*”.

Referências

Aristóteles – *A política*. São Paulo: Hemus, 1966.

Friedman, Milton – *Teoria dos preços*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1971.

Keynes, John M. – *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Marx, Karl – *O capital – Crítica da Economia Política*. Tomo I, Livro Primeiro. São Paulo, 1983.

Smith, Adam – *A riqueza das nações*. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

³ A tesoura da demanda e da oferta é uma construção típica da teoria neoclássica, mas é certo que também o keynesianismo em geral dela não abdica.